



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12346 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO E A EXTINÇÃO DE CLASSES

MULTISSERIADAS: um retrocesso para a educação do campo

Jaqueline Braga Morais Cajaiba - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Euza Souza Sampaio Silva - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Arlete Ramos dos Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO E A EXTINÇÃO DE CLASSES

MULTISSERIADAS: um retrocesso para a educação do campo

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido discute os dados de uma pesquisa realizada no ano de 2021 por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e faz um recorte das informações que versam sobre o fechamento de escolas do campo e a extinção das classes multisseriadas. O estudo mencionado contou com a colaboração de mais de seis mil educadores de municípios baianos, que responderam um questionário de 98 perguntas.

Como sustentação para as análises das informações, fez uso do método Materialismo Histórico Dialético, por acreditar que “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente” (GIL, 2008, p. 14).

Este estudo apresenta uma breve reflexão sobre a Educação do Campo enquanto um direito a ser assegurado pelo Estado, mediante políticas públicas educacionais que proporcione uma educação de qualidade para o povo camponês. Também demarca o fechamento de escolas do campo enquanto uma lógica de negação de direito que se desponta

como mais uma manobra na agenda neoliberal.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação do Campo: um direito conquistado

Historicamente a educação esteve atrelada às necessidades sociais de sua época. Com a Educação do Campo não foi diferente, após intensos movimentos, ela se consolidou como um direito a ser garantido pelo Estado. Conforme pontua Silva e Cajaiba (2022, p. 309),

A Educação do Campo enquanto direito é fruto de lutas, não é favor, nem caridade, é um projeto de sociedade justa e democrática. Os protagonistas desse movimento lutaram e lutam primordialmente pelo direito à terra, à dignidade, ao respeito e por uma educação do e no campo. Ou seja, por um projeto de educação que valorize a história, cultura e as diversas formas que constituem a identidade dos camponeses.

Todavia, como Marques (2019) afirma, o direito à educação no Brasil é feito à distância dos indivíduos, “distâncias geográficas entre a instituição e os indivíduos, mas também pelas distâncias estabelecidas pelas instituições que desconsideram as condições de acesso às escolas”. (MARQUES, 2019, p.150).

Nesse sentido, o que se percebe é que historicamente os povos do campo tiveram seus direitos negados e isso mobilizou movimentos e grupos sociais a lutarem por melhores condições de vida, pelo direito à terra e o respeito às suas especificidades. Nessa conjuntura, cabe mencionar alguns marcos normativos, conquistados mediante muita luta e reivindicações: Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo; Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabeleceu as Diretrizes Complementares e consolidou na legislação com a denominação de “Educação do Campo”; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que instituiu a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Lei nº 12.960/2014, que estabelece normas para o fechamento das escolas do campo.

2.2 Fechamento de escolas do campo e a extinção das classes multisseriadas: uma análise na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético

As classes multisseriadas assumem uma importância social e política significativa, se configurando como espaços privilegiados de expressão e valorização da diversidade, à medida que proporcionam a convivência entre faixa etária diferentes, saberes e costumes distintos. Logo, a extinção de classes multisseriadas e o fechamento das escolas do campo, representam um retrocesso, que pode ser entendido como uma manobra do sistema capitalista a fim de promover uma educação controladora que segrega e exclui.

Vale destacar que mesmo com a existência da Lei nº 12.960/2014, que estabelece normas para o fechamento de escolas, ao exigir a participação dos órgãos normativos e

comunicação e consulta da comunidade escolar, tal prática continua a acontecer. As escolas são fechadas e, conseqüentemente, esse direito é violado.

Destarte, o fechamento de escolas do campo pode ser interpretado como manobras neoliberais, uma vez que atende aos interesses dos grupos que entendem e defendem o Estado como mínimo, e buscam uma educação que esteja para atender as necessidades do capital. Nessa perspectiva Peroni (2003 p. 67) acentua que “o Estado continua sendo máximo para o capital” assim trabalha para atender as exigências do sistema econômico capitalista.

Para Ferreira Junior (2013) os fenômenos educacionais são oriundos das complexas e contraditórias relações sociais estabelecidas ao longo da história entre o homem e a natureza no processo de produção que se entende a vida material e também espiritual. Assim, as problemáticas de estudo estão vinculadas aos contextos historicamente dados. Desse modo,

Por ter em sua gênese uma natureza contrária ao que prega o capitalismo e por estar situada em campo de interesse do mesmo através do agronegócio, a Educação do Campo é marcada por conflitos e lutas entre os movimentos sociais, educadores do campo e o Estado através da educação capitalista de cunho neoliberal. (SANTOS e NUNES, 2020, p. 95)

No âmbito dessa realidade, o fechamento de escolas do Campo e a extinção de classes multisseriadas, podem ser apontadas como conseqüências de um sistema econômico que visa uma educação a serviço do capital. Para Cabral Neto (2009) as ações são intencionais e pretendem reformar o Estado, tornando-o mais enxuto, e para tanto vale até a retirada de direitos sociais que foram adquiridos pelos trabalhadores ao longo da história. Na mesma direção, Marx e Engels (1998, p. 62) sinalizam que “O Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente”.

Paulo Netto (2011), advoga que para Marx o MHD compreende o conhecimento teórico como aquele modo de entendimento da realidade que partindo do abstrato alcança a realidade concreta. Outrossim, para se alcançar o conhecimento concreto do objeto é necessário compreender suas múltiplas determinações. Portanto, é importante investigar quais forças estão envolvidas, quais as contradições criadas no processo, a quem serve esse movimento de fechamento das escolas do campo.

2.4 Resultados e discussões da pesquisa

A pesquisa apresenta, dentre os resultados, falas de professores que defendem o fechamento de escolas do campo e a extinção de classes multisseriadas. Tais resultados conduzem para distintas reflexões e análises: falta de formação adequada desses profissionais, falta de estrutura e falta de currículos e planejamento que garanta condições apropriadas de trabalho.

Para Moura e Santos (2012), há falhas na organização do trabalho pedagógico e no currículo das escolas do campo e das classes multisseriadas, o que tem gerado um contexto

educativo marcado pela precarização do trabalho docente. Dessa forma, essa realidade contribui para gerar discursos e representações negativas e preconceituosas em torno do trabalho pedagógico em classes multisseriadas.

Estas reflexões convergem com os dados da pesquisa, afinal 85% dos participantes revelam que não tiveram formação para trabalhar nas classes multisseriadas, 74% afirmam que nas escolas onde atuam não existe um currículo específico para as classes multisseriadas e 55% apontam que não existe um planejamento específico para o trabalho nas classes multisseriadas. Assim, é possível afirmar que existe carência na formação específica para trabalhar na Educação do Campo, bem como nas classes multisseriadas. Neste sentido, Saviani advoga que:

Não se trata, pois, de deslocar a responsabilidade pelo fracasso escolar que atinge as crianças das camadas trabalhadoras para os professores, escamoteando o fato de que eles também são vítimas de uma situação social injusta e opressora. Isso não pode, porém, impedir-nos de constatar que sua condição de vítima se expressa também, embora não somente, pela produção de sua incompetência profissional. Na verdade, não procedendo assim, correríamos em incoerência. Com efeito, ao criticarmos a política educacional vigente pelas distorções decorrentes de seu atrelamento aos interesses dominantes, não será possível deixar de reconhecer seus efeitos sobre a formação (de formação) dos professores. (SAVIANI, 2011, p. 28)

O estudo indica, também, condições precárias vivenciadas pelos educadores para trabalharem no campo e/ou em classes multisseriadas. Muitos apontaram que há carência na estrutura das escolas, com ausência de material didático, recursos tecnológicos, suporte pedagógico, entre outros. Falam também da dificuldade para se deslocarem, pois não há transporte público e não recebem ajuda de custo para tal. Assim,

A condição do professor nas escolas rurais ainda se encontra bastante precária, apesar de ele ser o fator escolar mais importante para progressão e aprendizado dos alunos, sobrepondo-se às condições de infraestrutura física e abordagens pedagógicas. Além da baixa qualificação e salários inferiores, ele enfrenta sobrecarga de trabalho, a alta rotatividade e as dificuldades de acesso à escola – em função da inexistência ou precariedade das estradas –, ainda faltam transporte e ajuda de custo para sua locomoção (JESUS, 2008, p. 153).

Há, ainda, a problemática de que existe um quantitativo expressivo de professores com contratos temporários, cerca de 39%, o que dificulta o processo de ensino aprendizagem, uma vez que ocasiona uma descontinuidade tanto na questão pedagógica quanto na criação de vínculo com os alunos e a comunidade escolar. Para Silva e Fernandes (2006, p. 09) “As políticas públicas deveriam criar mecanismos para assegurar um corpo estável de educadores, materializando sua responsabilidade com o sucesso escolar, e isso implica melhoria salarial e condições dignas de trabalho”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo é um espaço disputado, por forças antagônicas. De um lado estão aqueles que protagonizam os movimentos em defesa do campo enquanto espaço de produção e saberes, potente e diverso, e do outro se encontram aqueles que defendem o interesse do capital, que visam apenas o lucro, sobrepondo aos ideais de uma educação emancipadora. Ao fechar as escolas do campo e/ou extinguir as classes multisseriadas, muda a cultura das comunidades e, conseqüentemente, impacta negativamente na vida dos camponeses, uma vez que o campo proporciona vivências coletivas, troca de saberes e de construção e desenvolvimento social, político e cultural dos povos do campo.

O estudo demonstrou a necessidade de oferta de formação aos professores que atuam em escolas do campo e/ou em classes multisseriadas, com vistas a subsidiá-los a desenvolverem propostas pedagógicas que contemplem a diversidade e a especificidade da população camponesa, bem como ajudá-los a compreender sobre a importância da existência de classes multisseriadas como meio para a garantia do direito à educação, conforme preconiza a legislação vigente.

O fechamento de escolas do campo e a extinção de classes multisseriadas, se configura como uma prática neoliberal, que nega um direito constituído e deve ser combatida. Em suma, diante da análise do estudo realizado, é possível afirmar que é de interesse da classe dominante que essa prática continue acontecendo, pois faz parte de um projeto hegemônico e neoliberal, que tem como perspectiva a negação da diversidade e a defesa de uma educação que esteja a serviço do capital.

REFERÊNCIAS

Banco de dados do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEDCEC), 2022.

BRASIL, **Lei 12.960 de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm. Acesso em 02 de agosto de 2022.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna.; BEZERRA, Maura Costa. (Org.) **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2009. p. 169-204.

FERREIRA Jr, A. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 49, p.35-44, mar 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

JESUS, Sônia Meire Azevedo de. Princípios teóricos da proposta curricular do Curso de

Licenciatura em Educação do Campo: UFS e UnB. In: CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Um pé na roça – outro na universidade**: experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOURA, Terciana Vidal. SANTOS, Fábio Josué de Souza A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Debates em Educação**, v. 4, p. 65-86, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/658>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método Marx**. Editora Expressão Popular, São Paulo. 2011.

PERONI, Vera. Breves considerações sobre a redefinição do papel do estado. In: PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, Arlete Ramos. NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro** - Salvador: EDUFBA, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed.rev. -- Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Euza Souza Sampaio. CAJAIBA, Jaqueline Braga Morais. Fechamento de escolas de Educação Infantil do Campo enquanto uma lógica de negação de direito e da diversidade da população campesina. In: SANTOS, Arlete Ramos dos. *et al* (Org.) **Educação do Campo: políticas, sujeitos e movimentos**. Editora CRV, Curitiba, 2022.

SILVA, Maria Helena G. Dias; FERNANDES, Maria José Silva. **As condições de trabalho dos professores e o trabalho coletivo**: mais uma das armadilhas das reformas educacionais neoliberais. 2006. 12 f. Monografia (Pós Graduação em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2006.